

Finanças públicas, o maior problema

LIA CARNEIRO

SÃO PAULO — O setembro negro mexicano de 1982 foi uma parada cardíaca em um país doente que, depois de passar pelos anos 70 com as finanças públicas pagando o preço do processo de industrialização, mal se equilibrava na maca. A inflação se multiplicou por 10, o PIB per capita estagnou em US\$ 2 mil, os investimentos despencaram de 22% do PIB para 15,5% do PIB e o salário médio real encolheu 40%. “A crise do setembro negro só agravou os problemas que já tínhamos”, explica o ex-secretário nacional de Política Econômica, Antonio Kandir, exemplificando que, em 1978, os juros americanos subiram, elevando também os encargos da dívida externa e rebaixando os preços das exportações.

O economista lembra que, quando o modelo de substituição de importações se esgotou, as consequências sobre as finanças públicas já eram deletérias. “Na transição para a democracia, os políticos pressionam o Estado em função de demandas particulares, subsídios, vantagens, preços aviltados.” Para complicar as coisas, os economistas cometeram um erro fundamental: acreditaram que a crise era cambial e de curto prazo.

Crise fiscal — Nos outros países latino-americanos, a solução era aumentar o superávit comercial — México e Venezuela, por exemplo, pagavam a dívida exportando petróleo. “No nosso caso, o superávit comercial era do setor privado. O problema da dívida era fiscal e a gente demorou para perceber”, analisa Kandir. “Por isso que, no governo, brigamos pela renegociação ligada à capacidade de pagamento, mas os credores relutaram”, explica o ex-secretário. “Para resolver o proble-

ma fiscal é preciso sacrifício: alguém pagar mais imposto e ter menos serviços e bens públicos. E o projeto nacional que não aconteceu.”

Kandir acredita que a atual crise política é fundamental para a rediscussão do sistema de governo, dos partidos, do sistema eleitoral e da forma como são financiadas as campanhas. “A crise cria condições



Kandir



Bresser

políticas para a retomada. A partir da segunda metade dos anos 90, a economia pode voltar a crescer a taxas de 5% ao ano.” Para o ex-ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, depois desses “10 anos gloriosos”, ou o Brasil retoma o desenvolvimento ou acaba como a Argentina. “Tudo depende de resgatar um Estado mais sadio, com poupança pública, reformas estruturais e sem inflação. Resta saber se conseguiremos”, questiona Bresser Pereira, lembrando que, no começo dos anos 80, ele também acreditava que o problema era cambial e ainda não via que o

modelo de substituição das importações estava esgotado.

Retomada — Bresser lembra que o efeito da dívida na vida das pessoas é o seguinte: “O Brasil tinha que fazer transferências de 5% do PIB para o exterior e com isso reduzia na mesma proporção os investimentos, os empregos e a renda per capita”. Fernão Bracher, presidente do Banco Central nas gestões de Dilson Funaro e Bresser Pereira, lembra que o erro começou com a idéia de que era possível sobreviver com os tais “empréstimos-pon-te”. “Eles foram crescendo, dispararam a inflação, daí veio a desvalorização do cruzeiro em 1983, a crise da poupança pública e de lá para cá temos uma história penosa que todo mundo conhece”.

Para Bracher, a saída está cada vez mais próxima. “O trabalho externo está totalmente controlado e a parte interna mostra avanços”.

O ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que comandava a economia quando estourou a crise externa, acha que a dívida externa é hoje um problema resolvido. “A dívida externa não é mais causa de desajustamento da economia”, avalia. Para ele, a grande diferença da crise atual para a de 1982 é que, naquele período, o mundo todo estava em recessão. “Os juros subiram, o preço do petróleo disparou e, para completar, as exportações despencaram em razão da recessão. Não havia como gerar recursos para pagar aquela dívida. Foi uma crise provocada por razões externas”, defende-se. A crise atual, em sua opinião, está sendo produzida internamente. “O cenário internacional é favorável. Nós não conseguimos estabilizar a economia porque ainda não fomos capazes de realizar uma reforma fiscal”.